

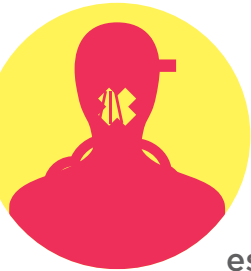
# DIA D

**DIA DE DEFENDER A  
ESCOLA PÚBLICA, LAICA  
E DEMOCRÁTICA!**

A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) sobre a qual a BNCC atuará, impõe enormes retrocessos aos(as) educadores(as) e à sociedade. A mercantilização e a privatização, fomentadas pela Reforma, caminham em sintonia com a Emenda Constitucional nº 95, que congela por 20 anos os investimentos públicos em políticas sociais, inclusive na educação.

Nos dias em que o governo realiza formação pedagógica sobre a BNCC e o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), o CPERS orienta a categoria para fazer o contraponto destacando o respeito ao currículo debatido no chão da escola.

## CONSEQUÊNCIAS DA BNCC



- Afronta o princípio democrático das escolas;
- Impõe uma política gerencialista construída para controlar a autonomia das escolas;

- A lógica da diversidade dá lugar a uma perspectiva de uniformização e homogeneização curricular;
- Enfraquece a gestão democrática - pela comunidade escolar - para favorecer uma gestão corporativa por parte do Estado;
- Privilegia interesses privados e conservadores no conteúdo da educação básica em termos de projeto de educação e de sociedade;



- Impede a formação de cidadãos(ãs) críticos(as), com capacidade de refletir e questionar a realidade;
- Elimina postos de trabalho dos(as) trabalhadores(as) em educação;
- Dificulta a oferta de todos os percursos formativos pelas escolas públicas, diminuindo as chances dos(as) alunos(as) de ingressarem em uma universidade;



- Deixa de atender demandas e necessidades específicas de cada comunidade ao estruturar um currículo único para todo o país.



O CPERS DEFENDE QUE É NA ESCOLA QUE SE VIVENCIA E SE PRÁTICA O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, E A COMUNIDADE ESCOLAR DEVE SER A AUTORIDADE MÁXIMA PARA DEFINIR SUA PRÓPRIA BASE CURRICULAR.

É IMPRESCINDÍVEL QUE A BASE DA CATEGORIA SE APROPRIE DESTE DEBATE, TENDO COMO REFERÊNCIA:

- Garantir o princípio da laicidade do Estado;
- Respeitar as particularidades de cada região e comunidade escolar;

- Combater a escola da mordaça no intuito de garantir um ensino democrático, livre e participativo;



- Valorizar a Gestão Democrática e a autonomia da escola na elaboração do Projeto Político-Pedagógico;

- Barrar a proposta de militarização das escolas, que não condiz com uma educação plural e emancipatória.



- Garantir a educação para direitos humanos;

- Incluir as questões de gênero e sexualidade no currículo;



- Defender a inclusão de todos os componentes curriculares, em especial as disciplinas de História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física;

PRECISAMOS LUTAR PELA MANUTENÇÃO DE TODAS AS DISCIPLINAS, INCLUINDO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E OUTRAS QUE FAZEM PARTE DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E DA FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE.

O CURRÍCULO CONSTRUÍDO POR AQUELES(AS) QUE REALIZAM O FAZER PEDAGÓGICO DENTRO DA ESCOLA PRECISA SER RESPEITADO.